



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Coletânea O Jongo na Escola: uma aposta no diálogo entre saberes de dois territórios.

Mônica Sacramento
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFF
Agência de Fomento: CNPq
monisacra@yahoo.com.br

1 - Apresentação

O trabalho desenvolvido com dezesseis comunidades jongueiras no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, a partir de 2008, é apresentado neste trabalho por meio da experiência com os seminários “*Educação, Cultura e Patrimônio: a Diversidade na Escola*”, organizado para o lançamento e divulgação da Coletânea “*O Jongo na Escola*”, junto às redes de educação dos municípios de tradição jongueira. O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu é um programa de pesquisa e extensão desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e constitui-se como principal articulador das ações do plano de salvaguarda do “Jongo do Sudeste”. Suas ações organizam-se em torno de três eixos: Articulação/Distribuição, Capacitação/Qualificação e Difusão/Divulgação do jongo como Patrimônio Cultural do Brasil.

Apresentam-se, neste texto, considerações sobre a inclusão do patrimônio cultural de matriz africana nas práticas pedagógicas, como disposto na Lei Federal nº 10.639/03, sobre o potencial pedagógico do jongo como articulador de iniciativas que ampliem a compreensão sobre a trajetória dos afrodescendentes e a história da África e sobre seu papel difusor de valores e saberes que fazem deste um patrimônio, para aqueles que o praticam e para a cultura nacional.

As experiências vivenciadas na realização de seis dos doze seminários entre os anos de 2009 e 2010¹ oferecem um panorama dos desafios colocados às comunidades

¹ Foram realizados seminários nos municípios de Angra dos Reis/RJ, Arrozal (Piraí)/RJ, Barra do Piraí/RJ, Miracema/RJ, Pinheiral/RJ, Piquete/SP, Porciúncula/RJ, Serrinha/RJ, Santo Antônio de Pádua/RJ, Quilombo São José da Serra (Valença)/RJ e Vassouras/RJ.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

jongueiras, aos movimentos sociais, às universidades e ao Estado no que se refere à inclusão destes conteúdos no cotidiano curricular das escolas brasileiras.

Contextualiza-se, a princípio, o processo que levou ao inventário e ao registro do Jongo como Patrimônio Cultural do Brasil e a criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Como demandas específicas, as comunidades de jongo identificam a escola como espaço estratégico de afirmação de identidades e propõem a vivência de novos espaços pedagógicos que estimulem a valorização práticas comunitárias e das múltiplas identidades que compõem o povo brasileiro.

A estrutura do seminário, seus objetivos e o diálogo com os conteúdos da Coletânea são descritos ao longo do texto a fim de problematizar sua abordagem no espaço escolar, em especial, nas escolas dos territórios jongueiros. Toma-se como material o exame de depoimentos realizados pelos docentes participantes dos seminários.

Há em torno do jongo, uma contínua afirmação positiva e um sentido didático de reafirmação dos valores, dos princípios de conduta e das normas de convívio que lhes trazem nexos de pertencimento à seus praticantes. Nesta ação coletiva, antigas e novas gerações, mobilizam-se em torno da conquista de direitos culturais e da manutenção deste patrimônio nacional e apontam para a necessidade de tornar a escola mais próxima da realidade sócio-cultural de seus alunos, levando em conta os valores e as identidades de seus detentores.

2 - O Jongo/Caxambu: Patrimônio Cultural Imaterial

O Jongo/Caxambu é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, canto e dança. Característico da região sudeste do país, era praticado pelos trabalhadores escravizados de origem bantu, nas lavouras de café e de cana-de-açúcar, como forma de lazer, resistência à opressão colonial e manutenção da memória coletiva na região. Foram eles e seus descendentes que, em suas comunidades, mantiveram e transmitiram às novas gerações os saberes, práticas e valores contidos nesta manifestação.



As comunidades de jongo, no tempo presente, se estendem por uma ampla região cultural, anterior ao regime federativo, - um *território jongueiro* - que extrapola os limites das esferas de poder em que se dividem e organizam as instituições.

Abreu e Matos (2008) chamam atenção para a profunda relação entre os territórios de jongo na atualidade e a localização dos portos clandestinos no Vale do Paraíba para o desembarque de africanos direcionados às fazendas de café no século XIX. O movimento de desembarque e migração forçada dos últimos africanos escravizados conformou identidades sociais africanas, ou afro-descendentes, apesar dos mecanismos de dominação e das políticas de controle e interdição às práticas culturais vigentes na sociedade escravista. Como agentes de sua própria história e cultura, os descendentes destes grupos de africanos reinterpretaram suas práticas culturais; redefiniram heranças e recriaram laços comunitários, no interior de seus grupos, a partir de identidades construídas e reelaboradas em redes de solidariedade étnica. Neste sentido, a utilização do termo *território jongueiro* denota uma identificação das comunidades de jongo da região sudeste a partir dos atores que as constituem. Para jongueiros e jongueiras este território possui funções e, também, significados, é material e simbólico, permeado por relações de poder onde concorrem processos de dominação e apropriação.

Aos antigos jongueiros e jongueiras deve ser atribuída a manutenção da prática do jongo em nossa sociedade. Houve momentos em que essa expressão cultural se viu ameaçada, fosse pelo falecimento de um mestre que congregava as pessoas na comunidade, por perseguição religiosa, ou mesmo pelas difíceis condições de vida de seus integrantes.

A vivência dessas dificuldades e a consciência da necessidade de ações estratégicas para a manutenção da expressão cultural fez com que os jongueiros se mobilizassem, no ano de 1996, em torno de um movimento que ficou conhecido como *Encontro de Jongueiros*. No ano de 2000, por ocasião do V Encontro de Jongueiros, realizado em Angra dos Reis/RJ, foi criada a *Rede de Memória do Jongo e do Caxambu*, com o objetivo de instituir canais para o estreitamento de laços de solidariedade entre as comunidades e demais interessados em participar do trabalho coletivo de preservação da memória do Jongo/Caxambu e apoiar as lutas por melhores condições de vida nos territórios jongueiros.



“(…) O processo de (re) organização iniciado através do jongo nos proporcionou o conhecimento de diversos espaços de diferentes saberes. Espaços quilombolas, espaços acadêmicos, espaços de jongos. Entre tantas vivências e saberes, partilhados; mediante tanta troca é fundamental destacarmos os saberes jongueiros, pois foi com eles que tomamos consciência do nosso papel. A partir das rodas de conversa que habitualmente fazíamos com os (as) jongueiros (as) antigos (as) é que aprendemos a valorizar o nosso jongo e que também nos impulsionou a levar o nosso jongo para outros quilombos, e outros espaços de saberes (...)” (BERNARDO E SACRAMENTO, 2009)

Posteriormente, esta mobilização resultou na solicitação, por parte dos jongueiros, do reconhecimento do Jongo/Caxambu como Patrimônio Cultural do Brasil, o que ocorreu em 2005. Ao final do ano de 2007, com o intuito de ampliar os recursos para a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados, o Iphan/MinC estabeleceu parcerias com distintas instituições para a implantação de Pontões de Cultura de Bens Registrados².

A Universidade Federal Fluminense (UFF)³ aderiu a este movimento e estabeleceu uma parceria com o Iphan/MinC e com as comunidades jongueiras para o desenvolvimento de um programa de pesquisa e extensão que tem por objetivo articular ações de salvaguarda do patrimônio cultural. Integram o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu dezesseis grupos de Jongo/Caxambu pertencentes a comunidades localizadas nos quatro estados do sudeste⁴. O primeiro convênio foi assinado no final de 2007 e suas atividades prolongam-se até os dias atuais.

² Atualmente, dez Pontões de Cultura integram esta rede, a saber: Jongo/Caxambu (ES, MG, RJ, SP), Samba de Roda do Recôncavo Baiano (BA), Arte Kusiwa Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (AP), Ofício das Baianas de Acarajé (BA), Círio de Nossa Senhora de Nazaré (PA), Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo (RJ), Modo de Fazer Viola-de-Cocho (MT), Modo de Fazer Viola-de-Cocho (MS), Feira de Caruaru, Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri (AM).

³ Diversos programas e pesquisadores têm desenvolvido investigações que encontram no jongo e nas comunidades jongueiras valiosos interlocutores, como por exemplo, o Observatório Jovem-UFF³ que tem desenvolvido trabalhos de pesquisa com os modos de vida de jovens jongueiros; o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF)³, com a estruturação de arquivo de fontes orais, visuais e digitais e como centro de referência de história oral e da imagem; o Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEHC/UFF) com o projeto “Jongos, Calangos e Folias: Memória e Música Negra”³ em comunidades rurais do Rio de Janeiro e o Instituto Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES-UFF), com o projeto “Encontros de Jongueiros”. Além destes, encontram-se articulados ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu a Pró-Reitoria de Extensão e os cursos de graduação em Produção Cultural, Serviço Social, Comunicação Social, Educação e História.

⁴ No Espírito Santo, o grupo de São Mateus. Em Minas Gerais, o grupo de Carangola. No Rio de Janeiro, os grupos do Quilombo Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis; de Arrozal, em Piraí; de Barra do Piraí;



Toda a movimentação de jongueiros e instituições pelo reconhecimento do jongo como patrimônio cultural do Brasil e pela construção de políticas públicas de salvaguarda do jongo é concomitante às mudanças na conjuntura política do país.

Alguns marcos legais instituídos, a partir da década de 1980⁵ impactam o cenário nacional e internacional com ações e propostas de regulamentação, normatização e definição da categoria *cultura*, que assume papel mobilizador de interesses de governos, agências internacionais, empresas, ONGs, universidades e grupos culturais. Os apelos em nome da diversidade cultural e das identidades regionais ganham força e impulso para a construção de políticas públicas voltadas para a ressemantização e ressignificação das expressões culturais. De maneira a dar consequência prática a estas orientações identifica-se a necessidade de uma abordagem que coloque em relevo os caminhos próprios de cada povo, com incentivos para o reconhecimento das diferenças culturais internas aos países, as cidades e aos municípios.

Em 2000, a publicação do Decreto 3.551, produz uma substancial mudança na maneira de pensar o conceito de patrimônio imaterial. O dispositivo institui o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial*. Nos anos seguintes, destaca-se a criação do *Programa Arte Cultura e Cidadania: Cultura Viva*⁶ e a implementação de sua ação prioritária: os Pontos de Cultura, formulados com o objetivo de tornarem-se “(...) unidades de produção, recepção e disseminação culturais em comunidades que se

de Miracema; de Pinheiral; de Porciúncula; da Serrinha, em Madureira, cidade do Rio de Janeiro; de Santo Antônio de Pádua; do Quilombo São José da Serra, em Valença; e o grupo de Vassouras. Em São Paulo; os grupos de Campinas, de Guaratinguetá, de Piquete e de São José dos Campos.

⁵ Um conjunto de leis complementares e outros instrumentos garantiram a criação de políticas públicas setoriais voltadas para a cidadania. Nos anos seguintes, a participação brasileira na “Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata” (Durban, 2001) torna-se um marco na formulação de políticas voltadas para a promoção dos direitos da população negra e da igualdade racial, influenciando a agenda governamental brasileira. Para um balanço da intervenção governamental, consultar Heringer (2009).

⁶ O programa, criado em 2004, foi anteriormente denominado *Educação, Cultura e Cidadania: Cultura Viva* e foi conduzido pela Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (SCC/MinC). De acordo com Silva e Araújo (2010, p. 49) “(...) nasceu com a vocação de se voltar aos jovens, proporcionando-lhes a possibilidade de exercitar os direitos culturais e ter, nos espaços públicos, a experiência do convívio e da socialização política, cultural e criativa”.



encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais”. (Silva e Araújo, 2010. p. 39).

No âmbito da Educação, destaca-se a adoção de uma orientação política voltada para a diversidade étnico-racial através da promulgação da Lei Federal nº 10.639/03⁷. A lei adquire estatuto de uma política educacional de Estado e somada à suas formas de regulamentação (CNE 01/2004 e parecer CNE/CP 03/2004)⁸ vincula-se à garantia do direito à educação, o que em um plano de igualdade, asseguraria o direito à diferença. (Gomes, 2009)

Munanga (2010, p. 42) chama atenção para a imbricação entre o plano jurídico e o da educação. Considera-os terrenos onde se evidenciam com maior clareza as formas organizativas de uma sociedade. Segundo o autor, é no plano jurídico que se explicitam “(...) o reconhecimento das identidades particulares no contexto nacional (...)”, manifestas nas garantias constitucionais voltadas para a justiça social e os direitos coletivos; para a proteção da liberdade individual e do reconhecimento da diferença cultural. O plano educacional inscreve-se como aliado à construção de uma sociedade que “dá valor à diversidade (histórica e cultural) e ao conhecimento do outro visando todas as formas de comunicação intercultural” (p. 45).

Esta orientação está também presente nas análises de Vianna (2003) sobre a salvaguarda de patrimônios imateriais. A autora identifica o espaço escolar como canal de difusão dos saberes constituídos pelos grupos populacionais antes invisibilizados em nossa sociedade.

“Destaca-se, então, o fundamental papel da escola, e dos educadores em geral, na atualização constante dos princípios do relativismo cultural para as novas gerações; na valorização da diversidade cultural com respeito e tolerância; no estímulo permanente à curiosidade pelas culturas e identidades tradicionais das comunidades locais, divulgando-as para que sejam conhecidas e reconhecidas na própria comunidade e na sociedade abrangente”. (VIANNA, 2003, p. 123)

⁷ Esta lei federal foi alterada em 2008 e recebe adendo sobre a inclusão do ensino sobre as comunidades indígenas, sendo substituída pela Lei Federal 11.645/08.

⁸ Disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> e <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>, respectivamente.



Esta reorientação política aliada à mobilização de redes e movimentos sociais, impôs ao Estado brasileiro, por meio de suas instituições, o desafio de dialogar com os detentores dos saberes e práticas culturais como forma de resguardar a efetividade das ações implementadas por políticas e programas governamentais. Como pressuposto, o reconhecimento de que foram os detentores dos saberes e das práticas dessas manifestações culturais, que, apesar do Estado, as mantiveram até aqui. Desta forma, a formulação de políticas que (re) conheçam essas práticas e seus praticantes, requer a identificação de quem são, de como vivem essas pessoas e, sobretudo, a compreensão sobre quais os sentidos e as estratégias para a (re) construção de suas identidades sociais – negros/as, jongueiros/as, quilombolas - e sobre a manutenção de suas práticas culturais ao longo do tempo.

3- Fazer *com*, em diferença... A experiência do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu

A memória do processo de criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu evidencia um movimento que teve origem com os próprios jongueiros, com o auto-reconhecimento do Jongo/Caxambu como patrimônio cultural e com a reivindicação do registro de bem imaterial.

Neste contexto de interações políticas *a parceria* estabelecida entre os estudantes e pesquisadores de distintas áreas de estudos na UFF, as comunidades jongueiras e as instituições governamentais desenvolve-se a partir da concepção de um projeto em conjunto, em que cada um dos parceiros assume lugar de proposição e decisão. A construção de um repertório discursivo social e político comum aos membros do grupo de trabalho mobilizado em torno do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu contribui para a definição de papéis e atores, preocupados em reconfigurar os sentidos, os usos de valores e de práticas culturais. (Monteiro e Sacramento, 2010)

O programa desenvolve-se apoiado em três eixos de atuação: Articulação/Distribuição; Difusão/Divulgação de produtos culturais e Capacitação/Qualificação. Entre as ações de Articulação e Distribuição estão a



realização de reuniões de articulação; assessoria às comunidades para melhoria das condições materiais de realização de suas atividades; instituição de prêmios para viabilizar ações específicas das comunidades; sistematização e análise dos dados levantados sobre o perfil socioeconômico das comunidades e a articulação de políticas públicas.

As ações de Difusão e Divulgação são complementares às ações de Capacitação e Qualificação. A manutenção de um portal sobre os saberes do jongo, a edição anual de um calendário jogueiro com informações sobre os grupos, as práticas, as festas e a elaboração de materiais pedagógicos referendados pela lei federal 10.639/03, concentram grande parte dos esforços de editoração e produção repertórios a serem utilizados pelas comunidades em suas rodas de jongo internas e externas. Além destas ações, a oferta de oficinas nas comunidades e o trabalho de assessoria⁹ compõem o eixo de Capacitação/Qualificação.

Com o desenvolvimento das ações do Pontão de Cultura emergiram como demandas das comunidades o reconhecimento e a visibilidade do jongo como patrimônio nacional nos municípios de origem e, em decorrência deste quadro, o desconhecimento sobre esta expressão da cultura afro-brasileira por parte de professores e gestores escolares. Como estratégias sugeridas por este grupo de trabalho, a edição de material pedagógico que colaborasse com a formação de gestores, orientadores, professores e demais profissionais da educação como incentivo à formulação de iniciativas, de projetos político-pedagógicos que garantissem o direito à diversidade étnico-racial e a inclusão do jongo nos currículos escolares.

A idéia, bastante simples, foi reunir em uma coletânea vídeo-documentários, produzidos junto às comunidades jogueiras por diferentes parceiros, acompanhados de textos com reflexões e sugestões didáticas. A coletânea *O Jongo na Escola* foi organizada em 2009 e é composta por nove DVDs relacionados à temática do Jongo/Caxambu e ao ensino da História da África e dos afro-brasileiros em seus mais

⁹ Em 2008, foram realizadas quinze oficinas com as seguintes temáticas: Organização Comunitária; Identidade Negra, Memória, História e Patrimônio; Jovens Lideranças Jogueiras; e Linguagem Audiovisual. Com a assessoria, procura-se contribuir para o reconhecimento, o fortalecimento e consolidação das ações empreendidas pelas comunidades nos municípios onde estão localizadas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

diferentes aspectos (relações de gênero, relações étnico-raciais, cultura popular, acesso à escolaridade, intergeracionalidade, patrimônio imaterial, memória e história oral) e por dez artigos elaborados por parceiros ou pelos autores dos vídeos-documentários, grande parte, estudantes universitários e professores pesquisadores. Os autores discorreram sobre as experiências relatadas nos filmes e direcionaram seu olhar para aspectos vinculados à seus campos de interesse. Neste processo, também os jovens das localidades da Serrinha (Madureira), de Barra do Pirai e do Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis), todas no Estado do Rio de Janeiro, participaram na co-autoria das sugestões das atividades didáticas. Acompanha o material, um livro intitulado “*Pelos Caminhos do Jongo/Caxambu – História, Memória e Patrimônio*”, organizado pelo LABHOI como resultado da oficina de mesmo nome promovida no eixo Capacitação/Qualificação.

4 – Seminário Educação, Cultura e Patrimônio: A Diversidade na Escola.

O desejo de que as escolas, em particular aquelas próximas a comunidades e grupos de Jongo/Caxambu, abrissem suas portas aos jongueiros e jongueiras, para que projetos pedagógicos referenciados nesta importante manifestação cultural de matriz africana fossem coletivamente construídos, orientou a estrutura do *Seminário Educação, Cultura e Patrimônio: A Diversidade na Escola*¹⁰.

Realizados em parceria com as secretarias de educação e cultura dos municípios, as comunidades de jongo e a equipe do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, a organização do seminário é discutida, inicialmente, pelas lideranças e grupos de jongo e as secretarias. Neste contato, a negociação sobre datas, contrapartidas, local de realização, objetivos e expectativas, além da participação de cada um dos parceiros¹¹, é

¹⁰ A estrutura básica do seminário foi elaborada a partir das demandas e observações discutidas com as lideranças, nas oficinas de Organização Comunitária e de Identidade Negra, realizadas em 2008. (Monteiro e Sacramento, 2009)

¹¹ Por parte do Pontão de Cultura e das comunidades, a equipe de palestrantes, material áudio-visual para as atividades, certificados de participação, e a doação de um exemplar da Coletânea O Jongo na Escola para cada uma das escolas municipais da região. A participação das secretarias inclui o local de realização, confecção e distribuição dos convites aos professores (dois a três representantes por escola) e outros representantes locais; equipamento de projeção (datashow, DVD, PC); equipamento de som (microfone, amplificador etc) e o fornecimento do lanche oferecido aos participantes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

conduzida pela comunidade tendo em vista a realidade local. Quando estas etapas são cumpridas o Pontão de Cultura formaliza o contato institucional, ao tratar de aspectos organizativos do seminário, tais como, o convite às escolas, as logomarcas para emissão de certificados, a reprodução de textos e materiais¹², informações sobre a situação da rede e lista de convidados. Esta mediação é feita sempre com a participação da liderança jogueira e da assessoria às comunidades.

A abertura oficial do Seminário é realizada, em geral, pelos representantes das secretarias de Educação e/ou Cultura, da equipe de coordenação do Pontão de Cultura, do Iphan/MinC e a liderança/mestre do grupo anfitrião.

Em seguida, esta mesa dá lugar a uma apresentação, feita pela equipe de coordenação, do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, de aspectos do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, da salvaguarda dos bens imateriais, com ênfase nas temáticas contidas na Coletânea “O Jongo na Escola”. Esta, em geral, é uma fala extensa e foi organizada a partir da constatação do descompasso existente entre as práticas discursivas das políticas nacionais e das políticas locais. Alheios à dimensão e à densidade do debate sobre a salvaguarda de patrimônios imateriais os gestores municipais e representantes institucionais demonstram desconhecimento sobre a legislação e sobre as responsabilidades governamentais para a garantia de ações que colaborem para a salvaguarda deste bem. Em alguns casos, com maior ou menor intensidade, observa-se que padrões sociais remanescentes do período escravista conformam grupos e posições sociais que opõem visões diferenciadas sobre o papel do Estado na garantia de direitos básicos e sobre a adoção de políticas públicas voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negra.

Como forma de sensibilizar professores e docentes para aspectos pertinentes da inclusão da História da África e da contribuição dos afrodescendentes na sociedade

¹² Sugere-se a todas as secretarias a reprodução para os participantes do seminário das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", publicada pelo Conselho Nacional de Educação (2004), que é enviada por meio eletrônico.



brasileira, programa-se a exibição do vídeo-documentário “Se eles soubessem...” (Observatório Jovem/UFF, 2006)¹³, um dos vídeos que integram a coletânea.

O momento seguinte é conduzido pelo grupo de jongo anfitrião e foi denominado “As Africanidades no Jongo/Caxambu” e tem por objetivo apresentar o potencial pedagógico do jongo, em sua dimensão socializadora. O resgate do conhecimento da cultura africana no Brasil, tendo como exemplos de outra racionalidade possível, a sabedoria dos ancestrais, a expressão musical e corporal, a circularidade das práticas sociais, a oralidade como linguagem de comunicação e transmissão de saberes e o lúdico como valores, estabelece conexões entre a educação formal e a educação não-formal. Esta proposta remete à importância da escola informar/formular suas práticas e currículos considerando o território e identidades de seus membros e suas dinâmicas comunitárias; refletir sobre singularidades culturais, exclusões sociais, expressões, linguagens e também propostas de um saber em uso.

Como encerramento do seminário realiza-se uma síntese das discussões do período no bloco denominado “Educação, Cultura e Patrimônio: a Diversidade na Escola” que cumpre o papel de provocar algumas reflexões para que os participantes possam ponderar sobre os sentidos de suas ações e considerar as vivências, os recursos e sugestões didáticas, que integram a Coletânea.

5 - O diálogo entre os territórios: saberes, aproximações, encontros,...

Os dados e reflexões apresentadas, a seguir, referem-se a seis dos doze seminários realizados em 2009-2010. Deste conjunto de cidades, cinco localizam-se no estado do Rio de Janeiro e uma no estado de São Paulo. Os dados dos outros seminários encontram-se em fase de tabulação e análise e quatro seminários serão ainda realizados em 2011.

¹³ O documentário acompanha as experiências de educadoras e alunos do ensino médio do Núcleo de Cultura do Guadá (NCG), no Colégio Estadual Guadalajara, localizado em Duque de Caxias/RJ. O filme apresenta as experiências de discriminação vivenciadas por jovens integrantes do NCG e apresenta as estratégias intergeracionais e coletivas produzidas a partir de suas participações no Núcleo de Cultura para a superação do racismo. (Carrano, Sacramento e Zanetti, 2006) Produzido em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, o Observatório da Juventude e o Programa de Ações Afirmativas, ambos da UFMG. Direção: Prof Dr. Paulo Cesar Rodrigues Carrano, 2006 (28’). Disponível em <http://ufftube.uff.br/video/34669YR8UD65/Se-eles-soubessem>



A inscrição dos participantes do seminário foi realizada em ficha criada pelo Pontão de Cultura e distribuída antes da exibição do vídeo-documentário. Em anexo, distribuía-se uma filipeta cuja função era servir de espaço para a escrita de comentários e impressões a respeito da temática apresentada pela exibição do filme. A orientação dada para o preenchimento da ficha de inscrição e da filipeta esclarecia aos participantes sobre a intenção e objetivo de se produzirem análises acadêmicas e relatórios sobre os aspectos observados a partir da realização dos seminários.

Os registros de inscrição no conjunto analisado contabilizam a presença de 456 participantes. Destes, 81 são gestores municipais, 28 são estudantes, 26 são coordenadores e orientadores pedagógicos e 282 professores de diferentes especialidades e níveis de ensino. Reunidos na categoria *Outros*, 39 pessoas não declararam suas vinculações profissionais. Estes números informam a presença dos que devolveram a ficha de inscrição e não inclui a participação de integrantes dos grupos de jongo, equipe do Pontão e representantes municipais.

Os comentários recolhidos trazem foco a aspectos relevantes a serem considerados na construção de iniciativas e estratégias voltadas para a diversidade étnico-racial, tendo como objetivo a construção de uma educação anti-racista e da afirmação da diversidade, como condição de uma sociedade multicultural e pluriétnica.

O primeiro deles diz respeito à compreensão sobre as relações étnico-raciais existentes em nossa sociedade e o reconhecimento de “(...) um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes européias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática”. (CEN/CP, 2004) Observa-se, entre os comentários, maior prevalência de posicionamentos que se mantêm orientados pela perspectiva descrita pelas Diretrizes, entretanto, a oposição reconhecimento/invisibilidade sobre os efeitos do racismo e das desigualdades étnicas permanecem presentes entre os professores.

“Apesar de entender que o preconceito existe, não identifico como principal problema tendo em vista, nunca ter percebido este problema próximo de nós. Vivemos uma realidade diferente, aprendemos e ensinamos que todos são iguais. A cor é só um detalhe. Sei também que essa não é uma realidade de todos, o que nos preocupa. Naturalmente, é essa a luta de todos! Todos sermos iguais”. (Professora do 6º ao 9º ano e Diretora de Escola, 2009)



“Para diminuir um pouco o preconceito racial, se torna importante, um trabalho pedagógico bem planejado e realizado que atenda a lei 11.645. No Brasil ainda há muito preconceito, muitos dizem que não têm, mas demonstram com clareza e facilidade o racismo internalizado. A temática é necessária, sou a favor”. (Orientadora Educacional, 2010)

Alguns depoimentos reafirmam posicionamentos e revelam reflexões acerca da necessidade de um trabalho que contemple a dimensão histórica e política da diversidade.

“Só podemos falar do que conhecemos. Conhecer a história do povo negro implementar espaços de diálogo e reflexão. Importante é articular a teoria à prática. O envolvimento traz a livre expressão a elevada auto-estima: a integração com a comunidade. O indivíduo é um ser integral. Ao fazer parte de um grupo somos mais respeitados e aceitos por nós mesmos. Escola e cultura trazem novas perspectivas. O contato com a história traz compreensão. É preciso diversificar a dinâmica na sala de aula”. (Professora do 1º segmento do Ensino Fundamental-Educação Especial)

“A pergunta freqüente que vem em momentos variados, não só em momentos de “confronto” com a lei, mas em diversos é: Por que ainda não consigo levar este trabalho de forma que fique visível tendo em vista que acredito nele? (...) Mas sinto-me perdida ainda. Como é difícil transpor barreiras mesmo quando somos, ou achamos que somos, conscientes do que devemos fazer, ou seja deslocar os preconceitos e mobilizar as emoções”. (Professora da Educação Básica, 2010)

Como questão a ser superada encontram-se o apoio das secretarias aos projetos das escolas e o apoio institucional para o desenvolvimento de planos de ação que envolvam a formação de professores e alunos.

“Muito importante é o coletivo institucional incluir a todos, indistintamente, no debate sobre o tema. Eleva a auto-estima dos participantes do projeto. Isto é fundamental! O trabalho mexe com a evasão, o debate sobre a qualidade e a melhoria do ensino. Quanto mais se discute no coletivo mais se consegue destruir o monstro do preconceito” (Professora de Educação Infantil, 2010)

“Primeiramente, o que sentimos muita dificuldade nesse assunto é a falta de material dentro das salas de aula. A lei surgiu e pegou a todos desprevenidos, pois também os profissionais se sentem despreparados, todos passamos tanto tempo agarrados à idéia do negro/escravidão e agora quando tocamos no assunto é essa idéia que aparece. Devemos pesquisar, pesquisar e pesquisar”. (Professora Educação Infantil, 2009)

Novas possibilidades de trabalho são ativadas no diálogo entre a escola e as comunidades de jongo. Neste sentido, a exigência para efetivação de parcerias



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

colaborativas possui como premissa a mudança de mentalidades, de modos de pensar e agir dos grupos, das instituições e dos indivíduos.

“Observei que os ritmos e os passos do Jongo são ordenados e simétricos. Cheguei a viajar vendo as danças e ritmos e me imaginei em sala falando sobre curvas, retas, ângulos usando o jongo. Trabalhos assim, já são feitos com a capoeira mas o Jongo ainda nos é desconhecido. Minha pergunta é? Um jongueiro poderia nos ajudar a traçar os passos da dança para trabalhá-los em geometria. (Professor de Matemática, 2010)

“Acho importante que sejam realizadas com o mesmo empenho, oficinas e atividades de sensibilização para os professores vivenciarem situações de auto-percepção do outro. Não basta apenas a reflexão teórica. Essa discussão me levou a refletir sobre a possibilidade de reunir os registros, de forma organizada, das experiências das escolas para socialização e visibilidade das mesmas”. (Professora da Educação Básica, 2010)

6- Considerações finais

Perceber a dimensão de resistência e articulação do jongo requer a compreensão dos sentidos atribuídos pelos integrantes das comunidades jongueiras sobre si mesmos, suas práticas, formas e significados. Trata-se também de entender como interagem, transformam e produzem identidades sociais, ressignificadas nas lutas cotidianas no interior das comunidades e em suas cidades de origem.

Este foi o caso do Jongo/Caxambu, o auto-reconhecimento desta manifestação cultural como patrimônio, por parte de comunidades jongueiras, fez com que reivindicassem o reconhecimento, por parte do Estado, sob a forma de registro do Jongo/Caxambu como patrimônio cultural do Brasil.

O trabalho desenvolvido em parceria com as comunidades jongueiras no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem delineado distintas ações que articulam cultura, patrimônio e educação em uma perspectiva de valorização positiva da diversidade étnico-racial em nosso país. Os Seminários para lançamento e doação da Coletânea às escolas foram organizados em conjunto com as secretarias de educação e cultura dos municípios, as comunidades de jongo e a equipe do Pontão do Jongo/Caxambu. Este papel institucional tem sido, em grande parte, de mediação técnica e política. O “*fazer com, em diferença*” tem implicado na reflexão sobre o lugar institucional de onde falamos e no trabalho que se desenvolve com as comunidades, sobre as relações que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

com ele estabelecemos por meio de nossas atividades e sobre práticas de parceria que nos tem feito refletir e avançar em um projeto coletivo de salvaguarda deste patrimônio imaterial.

A interlocução entre pesquisadores, jongueiros e docentes das redes públicas revela tensões e disputas enfrentadas pelas comunidades na problematização do conceito de salvaguarda de um patrimônio cultural de matriz africana e sua abordagem no espaço escolar. Este diálogo evidencia o desafio de difundir os saberes jongueiros, incluindo-os em posição equivalente ao conjunto de saberes valorizados no espaço escolar, para que projetos pedagógicos referenciados nesta importante manifestação cultural de matriz africana sejam coletivamente construídos.

Considerando os estudos que tratam da herança cultural africana na sociedade brasileira e das marcas que constituem nosso jeito de ser e viver, um trabalho nesta perspectiva possibilitaria um novo olhar e conseqüente entendimento de um sistema mítico diferente do dominante. Realizar esta ação educativa significaria garantir direitos não apenas aos afrodescendentes integrantes dessas comunidades, mas a todos os estudantes brasileiros.

Por fim, acredita-se que a vida social é “empreendimento humano qualificado” (Neves, 2008, p. 24) que se faz na interligação de sentidos, na produção de recursos pelos indivíduos para criação de formas de integração e distinção em contextos atravessados por significados múltiplos. O consentimento e questionamento das interconexões destes universos, posições e disposições pressupõem a efetividade de instituições sociais que protejam e promovam o direito a narrativa dos grupos e indivíduos; o direito a ser ouvido. O direito à diferença em igualdade.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha e MATOS, Hebe. Etnia e Identidades; Resistências, Abolição e Cidadania. Tempo, Vol. 3 - n 6, Dezembro de 1998.

BERNARDO, Délcio J. e SACRAMENTO, Mônica. Relat[ório de Atividades: Oficina de Identidade Negra. Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: Niterói, 2009. (mimeo)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CARRANO, Paulo César R., S, SACRAMENTO, Mônica e ZANETTI, Julia. *Se eles Soubessem... Narrativas juvenis sobre Relações Raciais e Escola*. In MONTEIRO, Elaine e SACRAMENTO, Mônica (orgs). Coletânea O Jongo na Escola. Niterói: Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, 2008.

GOMES, Nilma Lino. In HENRINGER, Rosana e Paula, MARILENE (ORGS). *Caminhos Convergentes – Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

HERINGER, Rosana. *Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas*. Rio de Janeiro: Cadernos Saúde Pública 18 (Suplemento). 57-65, 2002.

MONTEIRO, Elaine e SACRAMENTO, Mônica. *Pontão de Cultura de Bem Registrado e Salvaguarda de Patrimônio Imaterial: a experiência do Jongo no Sudeste*. Texto apresentado no Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis 01 a 07 de Junho de 2010. Rio de Janeiro Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/10-ELAINE-MONTEIRO.1.pdf>

_____ Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: *Ação Coletiva e Identidade Negra em Comunidades Tradicionais*. Trabalho apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto 4 a 9 de fevereiro de 2009. Universidade do Minho Portugal.

MUNANGA, Kabengele. _____ *Negritude; usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 2010

NEVES, Delma Pessanha. *Mediação social e mediadores políticos*. In NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

SILVA, Frederico A. Barbosa da e ARAÚJO, Herton Ellery (Orgs) *Cultura viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*. Brasília : IPEA, 2010.

VIANNA, L. *Patrimônio Imaterial: novas leis para preservar... o quê?* Salto para o Futuro – Cultura Popular e Educação, 24 a 28/ 2003. (p. 119-123) Acesso em 27/10/2009. Disponível em <http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/livros.asp>